- 10 O requerimento deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:
- a) Três exemplares do curriculum vitae, devidamente datados e assinados;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias e profissionais;
- c) Documento, emitido pelo serviço de origem, do qual constem, de forma inequívoca, a existência e a natureza do vínculo à função pública e o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;
- d) Documentos comprovativos da posse dos requisitos mencionados no n.º 8.1 do presente aviso;
 - e) Documento comprovativo da inscrição na Ordem.
- 11 Método de selecção avaliação curricular, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, sendo a classificação de 0 a 20 valores, considerando-se excluídos os candidatos que na classificação final obtenham uma pontuação inferior a 9,5 valores, a qual resulta da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{HA(3) + EP(4) + FP(8) + OECR(5)}{20}$$

sendo:

CF — classificação final;

HA — habilitações académicas;

FP — formação profissional;

EP — experiência profissional;

OECR — outros elementos considerados relevantes.

- 1) Habilitações académicas:
- 1.1) Bacharelato 15 pontos; 1.2) Licenciatura 18 pontos;
- 1.3) Mestrado 19 pontos;
- 1.4) Doutoramento 20 pontos.
- 2) Experiência profissional: tempo do exercício profissional como enfermeiro — 0,50 pontos por cada mês de experiência, até 20 pontos.
 - 3) Formação profissional:
 - 3.1) Como formando:

Congressos, seminários, jornadas e cursos — 0,5 pontos cada, até 5 pontos;

Acções de formação em serviço — 0,5 pontos cada, até 5 pontos;

3.2) Como formador:

Em serviço (no próprio serviço, no centro de formação) — 0,5 pontos cada, até 3 pontos;

Fora do serviço — 0,5 pontos cada, até 3 pontos;

Orientação de alunos/integração de profissionais — 0,5 pontos cada, até 3 pontos;

- 3.3) Responsável pela formação em serviço/departamento/cen-
- 4) Outros elementos considerados relevantes (só considerados os fora do âmbito académico):
 - 4.1) Visitas de estudo 0,25 pontos cada, até 1 ponto;
 - 4.2) Estágios 0,5 pontos cada, até 1 ponto;
- 4.3) Participação em trabalhos de grupo 0,25 pontos cada, até 1 ponto; 4.4) Participação em comissões — 0,25 pontos cada, até 1 ponto;
- 4.5) Trabalhos de interesse para o serviço (normas, protocolos, instrumentos de registo);
 - 4.6) Apresentação de poster 0,25 pontos cada, até 1 ponto;
 - 4.7) Apreciação global do curriculum vitae:

 - 4.7.1) Método de trabalho (*) até 1 ponto; 4.7.2) Qualidade humanização (*) até 1 ponto;
 - 4.7.3) Acolhimento do doente/família* até 1 ponto; 4.7.4) Autocuidado/ensino (*) — até 1 ponto; 4.7.5) Material e equipamento (*) — até 1 ponto;

 - 4.7.6) Perspectivas futuras (*) até 1 ponto;
 - 4.8) Apresentação:

 - 4.8.1) Paginação correcta 1,5 pontos;
 - 4.8.2) Anexos correctamente referenciados 1,5 pontos;
 - 4.8.3) Descrição lógica dos factos 2,5 pontos;
 - 4.8.4) Coerência da linguagem científica 2,5 pontos.
 - (*) Referência, descrição e fundamentação.
- 12 A lista de candidatos admitidos e excluídos bem como a lista de classificação final serão afixadas no placard do Serviço de Pessoal e publicadas no *Diário da República*, nos termos do n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 427/91, de 8 de Novembro.
- 13 O júri pode exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação dos documentos comprovativos das suas declarações.

14 — As falsas declarações são puníveis nos termos da lei.

15 — Constituição do júri:

Presidente - Isabel Pina Martins Gomes de Oliveira, enfermeira-chefe do Hospital do Litoral Alentejano.

Vogais efectivos:

- 1.º Maria Helena Cabecinha Guerreiro Lucas, enfermeira especialista em enfermagem médico-cirúrgica do Hospital do Litoral Alentejano.
- 2.º Årnaldo Dias Gaspar, enfermeiro especialista em enfermagem médico-cirúrgica, em comissão de serviço extraordinária no Hospital do Litoral Alentejano.

Vogais suplentes:

- 1.º Maria Vitória Gonçalves Monteiro, enfermeira-chefe com especialidade em enfermagem médico-cirúrgica do Hospital do Litoral Alentejano.
- 2.º Ámaro Silva Pinto, enfermeiro graduado do Hospital do Litoral Alentejano.
- O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos.
- 21 de Agosto de 2006. A Presidente do Conselho de Administração, Adelaide Belo.

Despacho (extracto) n.º 18 268/2006

Por despacho da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde de 21 de Julho de 2006, foi autorizada a nomeação em contrato administrativo de provimento do Padre João de Barros Reis para o lugar de capelão existente no mapa de pessoal do Hospital do Litoral Alentejano, nos termos do artigo 2.º do Estatuto dos Capelães, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 58/80, de 10 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto Regulamentar n.º 22/90, de 3 de Agosto. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Agosto de 2006. — A Presidente do Conselho de Administração, Adelaide Belo.

Maternidade de Júlio Dinis

Aviso n.º 9697/2006

Por despacho do conselho de administração de 1 de Agosto de 2006, foi Isabel Maria Dias Moreira nomeada na categoria de técnica superior de 2.ª classe, área de planeamento, precedendo concurso, para o quadro de pessoal desta Maternidade, com efeitos a 16 de Agosto

22 de Agosto de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, Maria Deolinda Magalhães Alves.

Aviso n.º 9698/2006

Por despacho do conselho de administração de 13 de Julho de 2006, foi Maria da Graça Ribeiro de Oliveira Rodrigues Amorim nomeada na categoria de assistente hospitalar de ginecologia/obstetrícia, precedendo concurso, para o quadro de pessoal desta Maternidade, com efeitos a 17 de Julho de 2006.

22 de Agosto de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, Maria Deolinda Magalhães Alves.

Aviso n.º 9699/2006

Por despacho do conselho de administração de 13 de Julho de 2006, foi Raquel Susana da Silva Nogueira nomeada na categoria de enfermeira, nível I, precedendo concurso, para o quadro de pessoal desta Maternidade, com efeitos a 1 de Agosto de 2006.

23 de Agosto de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, Maria Deolinda Magalhães Alves.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Direcção Regional de Educação do Algarve

Despacho n.º 18 269/2006

Por despacho de 24 de Agosto de 2006 do director regional-adjunto da Direcção Regional de Educação do Algarve foi Maria das Dores Leal Martins, professora do grupo 500 do quadro de zona pedagógica definitiva, em serviço na Escola Secundária José Belchior Viegas, em São Brás de Alportel, exonerada de todas as suas funções, com